

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT05.025

# DANÇANDO NA FRESTA: MULHERES, TRADIÇÃO E RECONFIGURAÇÃO DE PAPÉIS DE GÊNERO NO CARIRI: GÊNERO E REPRESENTATIVIDADE NO GRUPO AS COQUEIRAS DOS BAIXIOS

Ana Beatriz Teles Lira<sup>1</sup>Cléia Maria Cavalcante Sampaio<sup>2</sup>Zuleide Fernandes de Queiroz<sup>3</sup>

## RESUMO

O presente trabalho analisa a atuação do grupo cultural “As Coqueiras dos Baixios”, composto majoritariamente por mulheres do Cariri cearense, e sua relevância na resignificação dos papéis de gênero na cultura popular. A pesquisa emerge da articulação entre vivências comunitárias, experiências profissionais e inquietações acadêmicas das autoras, com base na disciplina “Tópicos de Ensino I – Temáticas Históricas e Atuais em Educação e Direitos Humanos”. O objetivo principal é compreender como a dança do coco, enquanto prática cultural tradicional, se configura como instrumento de resistência, fortalecimento da autoestima, transmissão de saberes e afirmação de direitos. A investigação adota abordagem qualitativa, de natureza exploratória e interpretativa, sendo estruturada como estudo de caso. Os

- 1 Mestranda em Educação – URCA. Professora da Rede Municipal do Crato – SME. Professora supervisora do PIBID de Pedagogia da Universidade Regional do Cariri – URCA. E-mail: bia-teleslira@hormail.com
- 2 Aluna Especial no Mestrado em Educação- URCA. Advogada do Centro de Referência da Mulher - Mauriti/CE. Presidente do Conselho da Mulher do Município de Mauriti. Email: cleiamcsa@hotmail.com
- 3 Pedagogia, Doutora em Educação- FAGED/UFC, com estágio de pós doutorado no CE/UFRN

procedimentos metodológicos incluem pesquisa bibliográfica, entrevistas semiestruturadas com integrantes do grupo e observação direta. O referencial teórico fundamenta-se em autoras como Judith Butler, Lélia Gonzalez, Guacira Lopes Louro, entre outras. Os resultados apontam que o grupo atua como espaço educativo não formal e território de empoderamento feminino, contribuindo para a formação crítica das mulheres, a construção de identidades e a valorização das epistemologias do cotidiano. Ao ocuparem espaços públicos e culturais, as Coqueiras tornam visível o protagonismo feminino no cenário da tradição, subvertendo estereótipos e transformando a cultura popular em campo fértil para a luta por equidade de gênero.

**Palavras-chave:** Cultura popular, Gênero, Dança do coco, Direitos humanos, Educação não formal.

## INTRODUÇÃO

A cultura popular, enquanto expressão viva de identidades coletivas, carrega em si marcas de resistência, ancestralidade e reinvenção. No Cariri cearense, essa força se manifesta através de práticas como a dança do coco, que há gerações movimentava corpos, territórios e memórias. Este trabalho mergulha no universo de um grupo feminino – As Coqueiras dos Baixios – que se destaca pela forma como ressignifica papéis de gênero e transforma a tradição em instrumento de luta e afirmação. Ao unir vivências pessoais, experiências profissionais e inquietações acadêmicas, as autoras constroem uma reflexão potente sobre cultura, gênero e direitos, articulando práticas populares com debates contemporâneos.

Este trabalho nasce da confluência de trajetórias profissionais, experiências culturais e inquietações acadêmicas de duas mulheres: uma advogada, atuante na defesa dos direitos das mulheres, e uma professora, educadora e integrante do grupo de tradição popular “As Coqueiras dos Baixios”. A escrita se constrói a partir de reflexões despertadas no âmbito da disciplina Tópicos de Ensino I – Temáticas Históricas e Atuais em Educação e Direitos Humanos, que provocou ambas a aprofundar os diálogos entre cultura, gênero e direitos.

Mais do que um exercício acadêmico, esta pesquisa reflete um compromisso ético, político e afetivo com a valorização das expressões culturais como espaços de resistência, fortalecimento identitário e construção de autonomia para as mulheres. No contexto das tradições populares do Cariri, particularmente nas manifestações como o coco, observa-se que as mulheres, historicamente, foram fundamentais na preservação e transmissão dos saberes, ainda que, muitas vezes, sua presença tenha sido invisibilizada nos espaços de reconhecimento e poder.

A atuação do grupo “As Coqueiras dos Baixios” simboliza essa ruptura com papéis tradicionais e a emergência de práticas culturais que reposicionam as mulheres como protagonistas. Assim, a pesquisa busca compreender de que maneira a dança, a oralidade e a ocupação dos espa-

ços públicos se tornam ferramentas de resistência, afirmação de direitos e transformação social.

Portanto, este trabalho emerge não apenas de um interesse acadêmico, mas também de uma escolha que une prática profissional, vivência comunitária e engajamento político. É, ao mesmo tempo, uma análise crítica e um manifesto em defesa da cultura popular como território de luta, de educação libertadora e de fortalecimento das mulheres.

O grupo As Coqueiras dos Baixios, composto majoritariamente por mulheres, inserese em uma tradição cultural que, por vezes, foi marcada pela invisibilidade feminina nos espaços de criação e condução de práticas artísticas. Ao se apropriarem do corpo como ferramenta de expressão, as integrantes ressignificam a presença da mulher no cenário da cultura popular do Cariri, rompendo com estereótipos e reforçando a potência feminina na manutenção das tradições.

A escolha do nome “Coqueiras” já remete a uma identidade enraizada no território e na força da natureza. A palmeira do coco, resistente e fértil, pode ser interpretada como uma metáfora da mulher do sertão: resiliente, criativa e enraizada na terra que a sustenta.

Além disso, a presença de mulheres na liderança do grupo, seja na coreografia, organização ou transmissão de saberes, reforça a centralidade feminina como guardiã da memória coletiva e da identidade cultural. Isso desafia o imaginário tradicional que muitas vezes reservou à mulher apenas o papel de espectadora ou de figura decorativa nas manifestações culturais.

Ao performar danças que evocam ritmos, ritos e memórias do povo caririense, essas mulheres não apenas mantêm viva uma herança cultural, mas também afirmam seu lugar como sujeitos políticos, produtores de conhecimento e protagonistas da resistência cultural. A performance torna-se, assim, um ato político e um direito: o direito à memória, à expressão e à presença.

A atuação do grupo pode ser analisada ainda sob a perspectiva dos direitos culturais, reconhecidos como parte dos direitos humanos, que

garantem a todas as pessoas o acesso à cultura, a participação na vida cultural da comunidade e a preservação das expressões culturais locais.

Assim, As Coqueiras dos Baixios representam muito mais do que um grupo de dança: são símbolo da insurgência poética das mulheres frente aos apagamentos históricos, demonstrando que a cultura popular é também um campo fértil para a luta por equidade de gênero.

Diante desse contexto, este estudo se orienta pelas seguintes perguntas: De que maneira a atuação das mulheres no grupo As Coqueiras dos Baixios reforça ou rompe com estereótipos de gênero, especialmente o da mulher enquanto cuidadora da cultura? Como a dança, enquanto prática coletiva, pode atuar como instrumento de libertação dos corpos femininos ou, eventualmente, reproduzir dinâmicas limitadoras? E, por fim, de que forma a participação no grupo impacta na construção da autoestima, na consciência de direitos e na articulação política das mulheres envolvidas?

Nessa perspectiva o presente estudo possui como Objetivo geral: Analisar como o grupo “As Coqueiras dos Baixios” ressignifica os papéis de gênero na cultura popular do Cariri, a partir da atuação de mulheres na manutenção, reinvenção e transmissão das tradições, compreendendo a dança como ferramenta de resistência, autonomia e afirmação de direitos. E como objetivos específicos: Investigar como a performance e a ocupação do espaço público, através da dança, fortalecem a autonomia, a autoestima e a articulação política das mulheres do grupo; Compreender os processos de transmissão intergeracional de saberes dentro do grupo, destacando o papel das mulheres como guardiãs da memória e agentes educadoras da cultura e ;Refletir sobre a potência da cultura popular como espaço pedagógico para debates sobre gênero, identidade, resistência e direitos.

Para alcançar esses objetivos, optou-se por uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e interpretativa, considerando que os fenômenos socioculturais, especialmente aqueles relacionados à cultura, gênero e direitos, demandam uma análise sensível às experiências, às

subjetividades e aos significados atribuídos pelos sujeitos envolvidos. A pesquisa se configura como um estudo de caso, centrado no grupo As Coqueiras dos Baixios, situado na região do Cariri. A investigação busca compreender como esse coletivo de mulheres, através da prática cultural do coco, ressignifica os papéis de gênero, fortalece identidades e atua na preservação e reinvenção das tradições populares.

Os procedimentos metodológicos adotados incluem pesquisa bibliográfica, entrevistas semiestruturadas e observação direta. A pesquisa bibliográfica está fundamentada em referenciais teóricos que dialogam com os campos dos estudos de gênero, da educação, da cultura e dos direitos humanos, utilizando especialmente as contribuições de Judith Butler, no que se refere às performances de gênero; de Lélia Gonzalez, com sua abordagem sobre mulheres negras, cultura popular e resistência; e de Guacira Lopes Louro, que reflete sobre gênero, educação e construção de identidades. Também serão utilizados documentos oficiais, como os produzidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que reconhecem o coco como patrimônio imaterial e fonte de memória social.

As entrevistas semiestruturadas serão realizadas com integrantes do grupo, buscando compreender as percepções das mulheres sobre sua atuação na cultura popular, seus processos de resistência, suas experiências na transmissão de saberes e as dinâmicas de gênero presentes no coletivo. Além disso, será realizada a observação direta das atividades do grupo, considerando que uma das autoras também é integrante do coletivo. Essa inserção permite uma compreensão mais aprofundada das práticas culturais, dos significados atribuídos às performances e das relações estabelecidas no interior do grupo.

A escolha desse percurso metodológico se justifica pela necessidade de articular a análise teórica, a escuta sensível e a observação participante, compreendendo a cultura não apenas como objeto de estudo, mas como espaço vivo de construção de identidades, de produção de saberes e de afirmação de direitos.

Este trabalho está estruturado em três partes principais. A Introdução apresenta a contextualização da pesquisa, os objetivos, a pergunta norteadora, a justificativa, os procedimentos metodológicos adotados e a delimitação do objeto de estudo: o grupo As Coqueiras dos Baixios. O Desenvolvimento organiza-se em torno de três eixos temáticos: Dança e espaço público: corpos femininos em movimento e resistência; Saberes ancestrais e a educação pela oralidade: a mulher como guardiã da memória; e Cultura popular como território de formação feminina, consciência de direitos e luta por equidade. Por fim, as Considerações Finais sintetizam os principais resultados obtidos, refletindo sobre as contribuições do grupo na resignificação dos papéis de gênero na cultura popular e destacando o potencial transformador da arte como prática educativa, política e identitária.

## **DANÇA E ESPAÇO PÚBLICO: CORPOS FEMININOS EM MOVIMENTO E RESISTÊNCIA**

O grupo Coqueiras dos Baixios nasceu do encantamento e da escuta atenta de mulheres do Baixo das Palmeiras, uma localidade marcada por histórias vivas, memórias partilhadas e raízes profundas na cultura popular. Seu surgimento se entrelaça com as conversas tecidas com os mais velhos da comunidade, que recordavam, com brilho nos olhos, o tempo das tapanções das casas de barro, onde os homens preparavam a massa e, com os pés, as mulheres pisavam e marcavam o chão, ritmando o trabalho com cantigas e passos espontâneos.

Desses gestos cotidianos e afetivos nasceu, como dança e celebração, o coco, expressão do corpo, da memória e da resistência. Como propõe Zumthor (2007, p.91), “o corpo é o primeiro lugar da memória” e, nesse sentido, os corpos femininos que pisavam o barro também inscreviam, na terra, uma história coletiva de luta e ancestralidade.

Esse sentimento coletivo de admiração ganhou novos contornos após uma apresentação do tradicional grupo de Coco da Sociedade Cratense

de Auxílio aos Necessitados (SCAN), intermediada pelo artista popular João do Crato, na capela Sagrada Família da própria comunidade. Foi um momento de epifania: aquelas mulheres, já tocadas por memórias e afetos, viram no coco não apenas uma dança, mas um chamado ancestral. Essa epifania pode ser entendida como uma atualização da “memória cultural”, no sentido proposto por Assmann (2008), que reconhece na performance o poder de reviver coletivamente os saberes do passado, inscrevendo-os nos corpos presentes.

Inspiradas e motivadas, as sementes começaram a germinar. Em 2018, um grupo de crianças da comunidade se apresentou com o maneiro-pau infantil, na Capela Sagrado Coração de Jesus, em Baixio das Palmeiras. Ao final da apresentação, impulsionadas pela emoção e pela memória viva, algumas mulheres presentes pegaram os cacetes e, de forma espontânea, iniciaram uma dança improvisada, um gesto simples, mas poderoso, que simbolizou o nascimento do grupo. Ali, naquele instante desprezioso e cheio de sentido, surgiu a ideia de criar um grupo de coco formado por mulheres da própria comunidade.

Butler (2003) nos lembra que os corpos se tornam políticos quando performam, ou seja, quando fazem, de suas ações, um gesto de ruptura ou repetição crítica. Nesse improviso dançante, essas mulheres não apenas dançaram, mas produziram uma afirmação coletiva de existência e pertencimento. Os encontros e conversas se intensificaram. Buscou-se o apoio generoso de João do Crato, que se dispôs a acompanhar, orientar e fortalecer a caminhada do grupo. Em 2019, iniciaram-se os primeiros ensaios, repletos de risos, passos tímidos e sonhos pulsantes.

Desde então, o grupo tem sido composto por mulheres de diferentes idades, histórias, raças e crenças, reunidas pela força da cultura e pelo desejo de manter viva uma tradição que fala de pertencimento, identidade e amor por suas raízes. Com seus giros vibrantes, saias coloridas e corpos que contam histórias, elas unem o tradicional e o moderno, encantando plateias e conquistando parcerias com instituições como a Secretaria de Cultura do Município, o SESC e diversos editais culturais.

Segundo Gonzalez (2020), a cultura popular é um território de insurgência, onde as mulheres negras e periféricas produzem práticas de resistência a partir dos seus corpos e saberes cotidianos. As Coqueiras dos Baixios, nesse sentido, fazem do corpo feminino um instrumento de cura, de política e de arte.

Mais do que a dança, o grupo se tornou uma travessia, um lugar de reencontro consigo mesmas. Em seus relatos, muitas mulheres afirmam que, ao entrarem nas Coqueiras, suas rotinas mudaram radicalmente. Algumas, antes limitadas ao espaço doméstico e às exigências da casa, passaram a circular em novos territórios, a se apresentar em outras cidades, a viver experiências que jamais imaginaram possíveis.

Essa vivência coletiva tem promovido não apenas reconhecimento cultural, mas também cura emocional, fortalecimento da autoestima e da saúde integral. A dança do coco tornou-se um espaço de autocuidado, liberdade e celebração do corpo em sua potência. Muitas relatam que foi por meio do grupo que voltaram a sorrir, a se sentir importantes, a se olhar com carinho.

Como afirma Almeida (2015), os corpos femininos que carregam a dureza da lida diária também guardam a potência do riso, do canto e da dança como formas de resistência. A cultura popular, nesse sentido, torna-se cura, refazimento e abrigo.

As Coqueiras dos Baixios representam um movimento de empoderamento feminino, de união entre os sítios vizinhos, de preservação da cultura popular e de promoção da saúde emocional e coletiva. Cada apresentação é um gesto de resistência, um reencontro com a ancestralidade e uma celebração da alegria de ser mulher, de ser do Baixio, de ser da cultura viva que pulsa no Cariri. Como destaca Louro (1997), os espaços de educação não formal, como os grupos culturais, também são lugares de produção de identidades e subjetividades e, nesse processo, as mulheres se (re)constroem enquanto sujeitos de direito, pertencentes e criadoras de mundos possíveis.

Assim, essas mulheres, não dançam apenas por beleza ou por tradição, elas dançam por memória, por pertencimento, por liberdade. Cada batida do cacete no chão ecoa como um chamado ancestral, cada canto entoado reafirma o valor da mulher no fazer cultural de seu povo. São guardiãs de saberes que não cabem em livros, mas que vivem nos corpos que giram, nos pés descalços que tocam a terra e nas vozes que se erguem em coro.

Como reconhece o IPHAN (2019), as manifestações culturais tradicionais, como o coco, são patrimônios imateriais que se mantêm vivos graças às comunidades que os cultivam. Nesse sentido, o protagonismo das mulheres é essencial para a continuidade e reinvenção das tradições. Em tempos de silenciamentos e perdas de identidade, elas escolhem resistir dançando, cantar para existir, e seguir de mãos dadas, fazendo do coco um território de força, afeto e transformação

## **SABERES ANCESTRAIS E A EDUCAÇÃO PELA ORALIDADE: A MULHER COMO GUARDIÃ DA MEMÓRIA**

A experiência do grupo, mais do que promover autoestima e liberdade, revelou também o papel essencial dessas mulheres como repositórios vivos de memória e saberes ancestrais. Com seus corpos, vozes e gestos, elas não apenas dançam, ensinam, narram, educam. Assim, o que se atualiza no coco não é apenas uma tradição estética, mas um sistema profundo de transmissão de valores, histórias e modos de vida que passa gerações.

Ao olhar para o grupo As Coqueiras dos Baixios, compreende-se que sua força não está apenas na performance artística, mas na teia de saberes que ali se (re)constrói cotidianamente. A roda do coco é, antes de tudo, um espaço de encontro entre gerações, onde as mulheres mais velhas assumem o papel de educadoras culturais, ensinando não apenas os passos da dança ou os ritmos do tambor, mas também as histórias do povo, os valores da comunidade e as marcas da resistência feminina.

O conhecimento transmitido dentro do grupo não se dá por meio de cartilhas ou manuais, mas através da oralidade, da convivência, do exemplo e da escuta. A cada canto entoado, a cada passo repetido, renova-se uma cadeia de significados que atravessa o tempo e sustenta a identidade coletiva. É por meio da repetição e da improvisação que as integrantes aprendem e reinventam a tradição, atualizando-a em suas próprias histórias.

Essa prática viva de ensinar e aprender por meio do corpo e da palavra remete ao que Gonzalez (2020) chama de “epistemologias do cotidiano”, formas de saber e existência que se originam da experiência das mulheres negras e periféricas, muitas vezes marginalizadas pela lógica da razão formal. A oralidade, nesse contexto, não é só meio de comunicação, mas ferramenta de preservação, de crítica e de reinvenção.

A atuação das Coqueiras como guardiãs da memória também se expressa nos cantos, que falam da terra, das festas, das dores e das alegrias do povo do Baixo. São letras compostas ou adaptadas pelas próprias integrantes, que incorporam vivências locais e sentimentos compartilhados, como uma espécie de arquivo afetivo cantado em uníssono. Como afirma Zumthor (2007), a memória não é estática, ela se atualiza no corpo que performa, no gesto que repete e recria.

Além disso, o grupo se torna um espaço de educação não formal, onde o conhecimento circula livre, desierarquizado e afetuoso. Como destaca Louro (1997), a construção de identidades se dá também fora da escola, especialmente em espaços culturais onde os sujeitos são convidados a refletir sobre si, sobre o outro e sobre o mundo a partir da experiência vivida.

Nesse sentido, as mulheres do grupo não apenas preservam a tradição, mas ressignificam o papel da mulher na cultura popular: não mais apenas espectadora ou figurante, mas narradora, condutora, formadora. São elas que ensaiam, que ensinam às mais jovens, que conduzem os cantos e mantêm viva a pulsação do coco. Em tempos de esquecimento

e silenciamento, a oralidade se torna resistência, e a mulher, seu canal mais potente.

Portanto, ser Coqueira é também ser porta-voz de uma memória que não cabe em livros, mas que vibra nos corpos que dançam, nos passos que se repetem, nas vozes que ecoam a história do Baixo e de tantas outras mulheres que, antes delas, também cantaram e resistiram. É na roda com os pés na terra e a voz no coletivo, que essas mulheres educam, cuidam, curam e lembram. E ao lembrar, libertam.

## **CULTURA POPULAR COMO TERRITÓRIO DE FORMAÇÃO FEMININA, CONSCIÊNCIA DE DIREITOS E LUTA POR EQUIDADE.**

O grupo As Coqueiras dos Baixios não se limita à performance artística ou à preservação estética da tradição. Ele se constitui como um espaço pedagógico vivo, onde a cultura popular emerge como território de formação feminina, de conscientização e de luta por direitos. Nas rodas de coco, nas conversas entre ensaios, nos gestos compartilhados e nas memórias entoadas em forma de canto, as mulheres experimentam um processo formativo que vai além da dança: trata-se de uma educação libertadora, ancorada na oralidade, na afetividade e na resistência.

É nesse sentido que Guacira Lopes Louro (1997) nos ajuda a compreender que os espaços culturais não são apenas lugares de entretenimento, mas ambientes de produção de identidades e subjetividades. Para as mulheres do grupo, participar das Coqueiras significa redescobrir-se como sujeitos políticos, capazes de nomear suas experiências, reivindicar seu lugar e transformar realidades. “Ser Coqueira”, portanto, é assumir uma posição de voz, de visibilidade e de responsabilidade coletiva uma postura que desafia o silenciamento histórico das mulheres no campo cultural.

Nas palavras de Boaventura de Sousa Santos (2006), é preciso reconhecer as “epistemologias do Sul”, ou seja, os saberes produzidos fora dos circuitos hegemônicos do conhecimento, mas que carregam profunda potência transformadora. O saber das Coqueiras, construído na oralidade,

na experiência e no corpo, é expressão dessas epistemologias: um saber situado, comunitário e profundamente enraizado na vida cotidiana.

A cultura popular, nesse contexto, revela-se como um campo fértil para a educação em direitos humanos. Ao ocuparem os palcos, as ruas, as festas comunitárias e os editais públicos, essas mulheres exercem ativamente o direito à participação cultural, reconhecido internacionalmente pela UNESCO e pelo IPHAN (2019) como parte integrante dos direitos humanos. Cada apresentação é, assim, um ato político: “um grito silencioso que ecoa em forma de pé no chão, de cacete batido com força, de saia rodopiando em desafio ao imobilismo imposto” como bem poderia dizer uma das integrantes, em sua poética cotidiana.

Ao assumirem o protagonismo cultural, as mulheres do grupo se tornam também agentes de transformação social. Muitas relatam que, a partir do envolvimento com o grupo, passaram a frequentar outros espaços, a reivindicar direitos e a se posicionar politicamente. Trata-se de uma formação que não se dá por meio de conteúdos escolares, mas pela vivência cultural, como aponta Louro (1997) ao afirmar que os espaços de educação não formal também são territórios potentes para a construção de identidades críticas e engajadas.

A dimensão emocional e subjetiva dessa transformação também merece destaque. Maria Rita Kehl (2008), em *O tempo e o cão*, reflete sobre a depressão como sintoma social, especialmente no corpo das mulheres contemporâneas, aprisionadas em demandas exaustivas de cuidado, produtividade e invisibilidade. Para ela, “o cansaço das mulheres não é só físico, é existencial”. Nesse sentido, o grupo *As Coqueiras* funciona como um antídoto simbólico e concreto contra o esgotamento feminino. Dançar, rir, circular, ser vista, tudo isso é terapêutico, é resgate da subjetividade. Como bem disse uma integrante: “Antes, eu só cuidava dos outros. Aqui, aprendi a cuidar de mim”.

Esse cuidado com o corpo e com a alma é uma forma de resistência psíquica e política. Segundo Kehl (2008), o corpo da mulher tem sido historicamente marcado por uma temporalidade de espera, sacrifício

e renúncia. Nas Coqueiras, esse tempo muda de ritmo: o corpo dança, ocupa, celebra. O tempo do coco é um tempo de presença, de encontro, de liberdade. É um tempo que cura.

A trajetória do grupo também dialoga com Paulo Freire (1975), para quem a educação libertadora nasce da realidade vivida e do diálogo entre iguais. As Coqueiras praticam uma pedagogia do encontro, onde se aprende a dançar, a falar em público, a organizar eventos, a negociar recursos mas, sobretudo, a se reconhecer como sujeito de direitos. Não há professoras nem alunas, há companheiras em constante troca. “Ensinar é também aprender”, como diria Freire, e é exatamente isso que acontece quando as mais velhas transmitem passos e histórias, e as mais jovens trazem novos olhares e energias.

Ainda segundo o IPHAN (2019), as manifestações tradicionais como o coco são patrimônios imateriais sustentados pela memória viva das comunidades. No caso das Coqueiras, essa memória é tecida, conduzida e reinventada por mulheres que, longe de serem meras guardiãs passivas, tornam-se agentes ativas da transformação social. Em seus cantos, denunciam violências, celebram vitórias e afirmam a dignidade do corpo feminino. Em seus movimentos, rompem com a ideia de que o espaço público pertence apenas aos homens, ocupando-o com alegria, coragem e ancestralidade.

Essa ocupação é profundamente performativa. Judith Butler (2003) nos ensina que o gênero se faz na repetição, na ação, na performance e que, nesse fazer, pode haver subversão. Ao dançarem juntas, em coro, com corpos que carregam histórias de opressão e resistência, as Coqueiras realizam uma performance política de gênero, que não apenas expressa identidade, mas a constrói e a transforma. “Os corpos se tornam políticos quando performam”, lembra Butler (2003, p. 165), e é exatamente isso que acontece quando mulheres antes confinadas ao lar saem às ruas, assumem lideranças, coreografam, organizam, viajam, negociam com secretarias e se veem reconhecidas como artistas.

Ademais, a presença majoritária de mulheres negras no grupo exige uma análise interseccional. Como destaca Sueli Carneiro (2018), a mulher negra enfrenta uma opressão dupla: pelo gênero e pela raça. E como afirma Djamila Ribeiro (2017), o “lugar de fala” é um direito conquistado com luta. As Coqueiras exercem esse direito ao assumirem o protagonismo em uma cena cultural historicamente dominada por homens brancos ou pardos. Cada apresentação é um ato de afirmação: “nós estamos aqui, nós também temos história, nós também somos cultura”.

Além disso, a experiência do grupo evidencia a importância das epistemologias do cotidiano, conceito destacado por Lélia Gonzalez (2020) ao discutir os saberes produzidos pelas mulheres negras e periféricas. A sabedoria das Coqueiras não vem de livros acadêmicos, mas da vida, da escuta dos mais velhos, da dor partilhada, da alegria coletiva. É uma forma de conhecimento que resiste à colonialidade do saber e afirma que “quem vive, sabe; quem sofre, educa; quem resiste, transforma”.

Nesse processo, a consciência de direitos não surge de forma abstrata, mas é construída na prática. Muitas integrantes relatam que foi no grupo que aprenderam sobre igualdade de gênero, sobre autoestima, sobre o valor do trabalho coletivo, sobre o direito de sonhar. Algumas descobriram, através do apoio mútuo, que tinham o direito de deixar relações abusivas, de buscar cursos, de exigir respeito. Como afirma a ONU (2015) nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 5), a igualdade de gênero não é apenas um direito humano fundamental, mas uma condição essencial para uma sociedade justa e sustentável. As Coqueiras vivem esse princípio na pele, no ritmo, na voz.

Portanto, a cultura popular, especialmente quando protagonizada por mulheres, tornase um espaço de empoderamento, cura e mobilização política. Não se trata apenas de dançar, mas de descolonizar o corpo, a mente e o imaginário. É na roda do coco que se aprende que cuidar da cultura é cuidar de si, que preservar a tradição é também transformá-la, que ser mulher no sertão é, acima de tudo, resistir com beleza, com raiz, com rebeldia contida no sorriso.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho revela que o grupo As Coqueiras dos Baixios é muito mais do que uma expressão artística: é um ato de insurgência poética, um projeto coletivo de autonomia e afirmação. Ao dançarem o coco, essas mulheres não apenas mantêm viva uma tradição, mas a reinventam com seus próprios corpos, posicionando-se no centro da cena cultural, política e educativa do Cariri.

A experiência vivida no grupo evidencia que a cultura popular pode e deve ser compreendida como um território pedagógico potente, onde se entrelaçam memória, identidade e formação crítica. A roda do coco, enquanto espaço coletivo e performativo, torna-se ambiente de aprendizado e construção de consciência, no qual as mulheres ressignificam seus papéis sociais, fortalecem vínculos comunitários e afirmam seus direitos de forma viva, sensível e politicamente situada.

Como apontado por Silvia Almeida (2015), as mulheres do sertão carregam consigo a força da resistência silenciosa, mas, ao dançarem, transformam essa resistência em espetáculo, em fala, em afirmação de si. O grupo não apenas dança: educa, cura, denuncia, acolhe e transforma.

Através da dança, da oralidade e da ocupação do espaço público, as Coqueiras transformam a cultura popular em um território de resistência, memória e emancipação. Seus corpos, antes invisibilizados ou reduzidos ao papel de cuidadoras anônimas, tornam-se sujeitos de história, agentes de mudança, vozes que se erguem em coro contra o apagamento. Como bem nos lembra Zumthor (2007, p. 91), “o corpo é o primeiro lugar da memória” e é nele que se inscrevem as marcas da ancestralidade, da luta e da esperança.

A trajetória do grupo demonstra que a arte, quando ancorada na comunidade e conduzida por mulheres, pode ser um poderoso instrumento de educação libertadora. Nos ensaios, nas apresentações, nas rodas de conversa, as integrantes constroem identidades fortalecidas, desenvolvem autoestima, ampliam sua consciência de direitos e se articulam

politicamente. São mulheres que, como diz Gonzalez (2020), produzem resistência a partir do corpo e do cotidiano, criando mundos possíveis dentro do mundo real.

Além disso, o estudo evidencia que a transmissão de saberes, feita pela oralidade e pela vivência, é uma forma legítima e potente de educação. Longe das hierarquias escolares, o grupo funciona como um espaço educativo não formal, onde se aprende a dançar, a cantar, a cuidar, a liderar e, sobretudo, a existir com dignidade. Nesse processo, as mulheres mais velhas assumem o papel de educadoras culturais, garantindo a continuidade da memória coletiva e a renovação da tradição.

Ainda segundo Butler (2018), em *Corpos em Aliança*, a assembleia o corpo reunido é um ato político de visibilidade e exigência. As Coqueiras, ao se reunirem, marcharem, dançarem juntas, formam uma assembleia performativa, que exige reconhecimento, direitos e respeito. “O simples fato de estarmos aqui já é uma resposta”, como diria uma delas. E é verdade: sua presença é uma negação do silêncio, do abandono, da exclusão.

Em tempos de retrocessos, esquecimento e ataques aos direitos culturais e de gênero, As Coqueiras dos Baixios representam uma luz. Elas dançam não apenas por tradição, mas por necessidade vital: a necessidade de existir, de ser vistas, de serem donas de sua própria história. Cada giro, cada batida, cada canto é um sim à vida, um não ao silêncio, um sim à equidade. Como lembra Gonzalez (2020), “não basta incluir as mulheres na cultura, é preciso transformar a cultura com a presença das mulheres”.

Portanto, este estudo conclui que a cultura popular, quando assumida como prática política e pedagógica por mulheres, torna-se um campo fértil para a construção de autonomia, identidade e justiça de gênero. As Coqueiras não apenas ressignificam papéis, elas os desmontam, os recolocam e os transformam em gestos de liberdade. E, ao dançarem na fresta, abrem caminho para que outras possam entrar, girar, gritar e, finalmente, ser.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Fundamental para a discussão sobre performances de gênero e a construção social das identidades.)

GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. (Aborda a interseccionalidade entre raça, gênero e cultura popular, destacando a resistência das mulheres negras.)

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, Sexualidade e Educação: Uma Perspectiva Pós-Estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997. (Contribui para a reflexão sobre gênero, educação e a construção de identidades no contexto cultural.)

IPHAN. Dossiê do Coco como Patrimônio Imaterial do Brasil. Brasília: Ministério da Cultura, 2019. (Documento oficial que reconhece o coco como patrimônio cultural e fonte de memória social.)

ONU. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 5): Igualdade de Gênero. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/ods5/>.

CEDAW. Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Nações Unidas, 1979.

ALMEIDA, Sílvia. Mulheres do Sertão: Cultura e Resistência. Fortaleza: Edições UFC, 2015. (Estudo sobre o papel das mulheres na preservação da cultura sertaneja.)

SANTOS, Boaventura de Sousa. A Gramática do Tempo: Para uma Nova Cultura Política. São Paulo: Cortez, 2006.

ALMEIDA, Sílvia. *Mulheres do Sertão: cultura e resistência*. Fortaleza: Edições UFC, 2015.

ASSMANN, Jan. A memória cultural: escrita, lembrança e identidade política nas primeiras civilizações. Petrópolis: Vozes, 2008.

ZUMTHOR, Paul. Performance, recepção e leitura. São Paulo: Educ, 2007.

BUTLER, Judith. Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa da assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

KEHL, Maria Rita. O tempo e o cão: a atualidade das depressões. São Paulo: Boitempo, 2008.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na sociedade brasileira. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

RIBEIRO, Djamila. Lugar de fala. São Paulo: Crescimento, 2017.